

O surgimento tardio das emissoras públicas de televisão e a herança do modelo de radiodifusão comercial no cenário brasileiro¹

Gislene NOGUEIRA LIMA²
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

RESUMO

O artigo pretende contribuir com os esforços de registrar e discutir a historiografia da televisão brasileira ao revisitar o momento da chegada da tecnologia ao país e traçar uma linha do tempo do surgimento dos canais abertos privados e das emissoras estatais e públicas de tevê. A hipótese teórica é de que o Brasil privilegiou a concessão de canais a emissoras comerciais de televisão no espectro eletromagnético e deixou em segundo plano o debate sobre um sistema público de radiodifusão em rede nacional. A linha do tempo elaborada a partir de pesquisa histórica e documental evidencia a preferência pelo modelo comercial de exploração para o meio de comunicação de massa. O saldo histórico resultante é o predomínio de canais comerciais e a ausência de políticas públicas para a formação de uma rede nacional de emissoras públicas com condições de disputar audiência com emissoras comerciais.

PALAVRAS-CHAVE: radiodifusão pública; radiodifusão comercial; emissoras públicas; comunicação pública.

INTRODUÇÃO

Telespectadores brasileiros conhecem majoritariamente o modelo de radiodifusão comercial que domina o panorama de oferta de canais e emissoras no país. O estudo da história da radiodifusão brasileira permite constatar a concessão de amplas fatias do espectro eletromagnético para a exploração comercial do meio de comunicação de massa. O caso brasileiro se diferencia do que aconteceu em vários países onde se pretendeu impedir que apenas critérios comerciais definissem o ritmo, a agenda, a pauta e o conjunto de assuntos que o público discutiria pelos meios de comunicação.

¹ Trabalho apresentado no GP Políticas e Estratégias de Comunicação, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. O artigo completo foi elaborado a partir de conversas com o orientador de doutorado Prof. Dr. Eugênio Bucci e depois dos debates motivados por um resumo expandido apresentado no VII Encontro Regional Sudeste de História da Mídia, realizado na Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo, nos dias 30 de novembro e 1º de dezembro de 2022. O resumo expandido foi publicado nos Anais do Encontro Alcar Sudeste 2022. Cf: NOGUEIRA LIMA, G.; BUCCI, Eugênio. A herança do modelo de radiodifusão comercial e a criação tardia das emissoras públicas na televisão brasileira. Anais do VII Encontro Regional Sudeste de História da Mídia [recurso eletrônico]: reinventando as independências conquistando novas democracias. São Paulo: ECA-USP, 2023. PDF (431 p.). p. 365-268. ISBN 978-65-88640-79-1. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/sites/default/files/inline-files/Anais%20Alcar%20v2-1.pdf>. Acesso em 28 jun. 2024.

² Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação (PPGCOM) da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP. Este trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001. This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Fincance code 001. E-mail: gisnogueira@usp.br.

Na Europa, emissoras públicas foram criadas na primeira metade do século XX e a principal referência entre elas é a British Broadcasting Corporation (BBC) que deteve o monopólio da televisão até de 1954 (Mendel, 2011, p. 81). Nos Estados Unidos, o uso comercial da televisão se caracterizou pela profusão de grandes conglomerados de mídia no segmento. Apesar disso, os norte-americanos criaram emissoras públicas com financiamento público e independência do Executivo que se tornaram relevantes no contexto da radiodifusão do país. Prevaleceu o entendimento dos legisladores dos Estados Unidos de que a comunicação social sem finalidade comercial também deveria ter um lugar no conjunto de ofertas entregue à população (Bucci, 2015, p. 91-92).

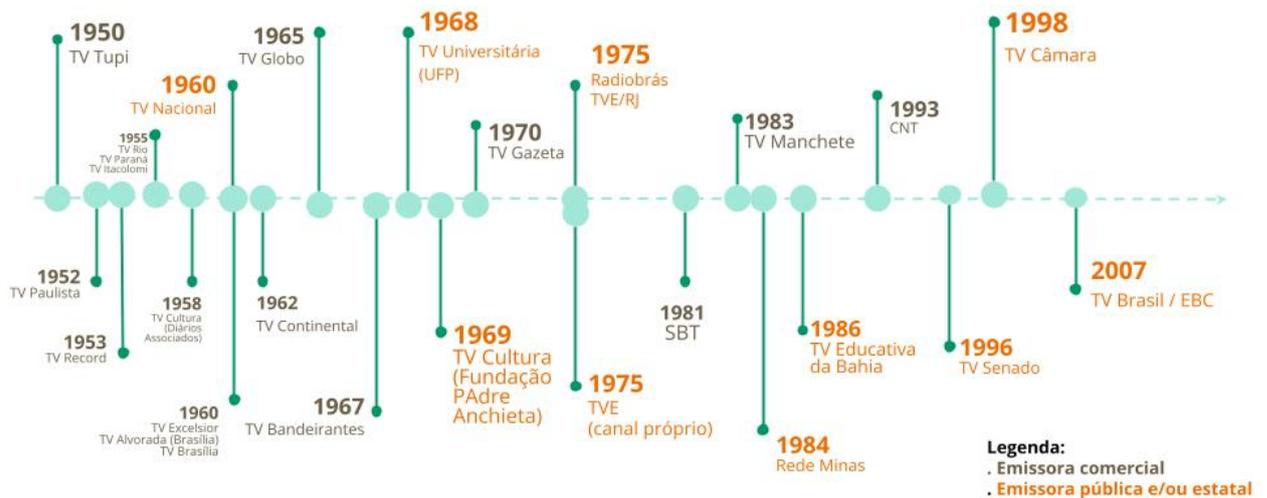
No Brasil, o predomínio das emissoras comerciais na radiodifusão foi construído ao longo do tempo sem que nenhuma rede nacional pública de rádio ou de televisão fosse formalmente constituída com financiamento público, independência institucional, financeira e editorial. Ainda que o rádio não integre o objeto de estudo deste artigo, uma visita ao período de início da utilização dessa tecnologia como veículo de comunicação de massa no país será proveitosa para fundamentar o argumento apresentado neste trabalho. A legislação brasileira sempre estabeleceu regras comuns ao conjunto da radiodifusão, que conceitualmente compreende as transmissões de sons e de imagens através de ondas eletromagnéticas. O rádio e a televisão têm, portanto, evoluções naturalmente conectadas no Brasil.

A LINHA DO TEMPO DA TELEVISÃO NO BRASIL: AS EMISSORAS COMERCIAIS, PÚBLICAS E ESTATAIS

A partir de estudos teóricos e de pesquisa bibliográfica sobre a história da televisão no Brasil, construiu-se uma linha do tempo com a trajetória do surgimento dos principais canais comerciais e públicos no país. A linha cronológica começa com a inauguração da primeira emissora no país, a TV Tupi, e atravessa a década até os dias atuais. Em virtude da limitação de espaço, optou-se em registrar a chegada das emissoras mais presentes no cenário nacional e, portanto, nem todas as emissoras educativas estaduais e afiliadas de redes comerciais foram incluídas.

As emissoras comerciais estão redigidas com o nome em preto. As emissoras públicas ou estatais estão na cor laranja. A escolha das cores não tem intenção simbólica, apenas optou-se em fazer também uma distinção visual entre as emissoras incluídas na linha do tempo.

Figura 1: A linha do tempo da história da televisão no Brasil



Fonte: Elaborado pela autora com informações de Mattos (2010), Amorim (1990), Cunha Lima (2008), Leal Filho (2009), (Pedrosa; Ferreira, 2020).

A pesquisa bibliográfica realizada para elaborar a linha do tempo da história da televisão no Brasil indicou a TV Nacional como a primeira emissora de caráter estatal a operar no Brasil. A TV Nacional entrou no ar em caráter experimental no dia da inauguração da nova capital da República em Brasília em 21 de abril de 1960. A estreia oficial, no entanto, aconteceu em 4 de junho daquele ano. A emissora permaneceu atuante no Distrito Federal e foi incorporada pela Radiobrás em 1975. Mais tarde, foi sucedida pela TV Brasil sob a gestão da EBC (Pedrosa; Ferreira, 2020).

Cunha Lima (2008, p. 48) documentou a TV Universitária, Canal 11 do Recife, pertencente à Universidade Federal de Pernambuco como a primeira televisão universitária a entrar no ar. A TVU foi inaugurada em 28 de novembro de 1968 e ainda segue em atividade. O canal universitário compõe atualmente a Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP), coordenada pela EBC.³

³ Cf. TV Universitária, da Universidade Federal de Pernambuco: <https://www.ufpe.br/ntvru>. A história da TV Universitária está no livro: ANGEIRAS, Maria Clara. TVU Canal 11: a primeira TV educativa do Brasil. Recife: Editora UFPE, 2018. Disponível em: <https://editora.ufpe.br/books/catalog/book/566>. Acesso em 18 out. 2023.

A TV Cultura, Canal 2 de São Paulo, atualmente gerida pela Fundação Padre Anchieta, foi inicialmente inaugurada como uma emissora comercial vinculada ao Condomínio Acionário das Emissoras e Diários Associados em 1958 (Mattos, 2010, p. 210). Em 1967, o governador de São Paulo indicado ao posto pela ditadura militar Roberto de Abreu Sodré adquiriu a TV Cultura do grupo de Assis Chateaubriand com “alguma facilidade, mas não sem polêmica” (Cunha Lima 2008, p. 42). Cunha Lima conta que a venda do Canal 2 para o estado paulista se explica por dois fatores. O primeiro foi a determinação do Código de Telecomunicações implementado em fevereiro daquele ano que limitou o tamanho das redes nacionais a um máximo de dez emissoras. A outra questão era uma séria crise financeira que enfrentavam as Emissoras Associadas, que operavam a TV Tupi e o Canal 2 na capital paulista. A TV Cultura sob a gestão dos Diários Associados era considerada a “prima pobre” da Tupi e tradicionalmente herdava os equipamentos aposentados da emissora principal (Cunha Lima, 2008, p. 43). Cunha Lima (2008, p. 42) considera o ano de 1967 como o momento da implantação da TV pública no Brasil, então denominada de TV educativa. Foi neste ano que o governo paulista criou a Fundação Padre Anchieta e comprou a TV Cultura. Em 1969, a TV Cultura foi reinaugurada com o título de emissora educativa.

Apesar de fomentar iniciativas educacionais para a radiodifusão, a ditadura militar não tomou qualquer iniciativa para dar às emissoras educativas condições favoráveis de atuação para serem um complemento ou uma alternativa à radiodifusão comercial e nem imaginou uma rede nacional pública de televisão. Em 1967, um dos líderes do Golpe de 1964 e primeiro militar a assumir a Presidência da República, Humberto Castello Branco editou um decreto que modificou o Código Brasileiro de Telecomunicações e proibiu as TVs públicas de transmitir qualquer coisa que não fosse aula a distância, programas educacionais, conferências, palestras e debates (Mattos, 2010, p. 208). Para Cunha Lima (2008), a legislação tornou as emissoras educativas dependentes de dotações orçamentárias dos governos e os impediu de disputar um papel de relevância entre as emissoras comerciais. Para o autor, as restrições regulatórias e o desinteresse dos governos em fomentar as emissoras públicas resultaram no contexto brasileiro de emissoras públicas que não têm condições de enfrentar a concorrência de emissoras comerciais (Cunha Lima, 2008, p. 47).

Ao mesmo tempo em que limitava a atuação das emissoras educativas, o regime militar apoiava deliberadamente a consolidação das emissoras privadas no Brasil e em

especial a Rede Globo. As iniciativas da ditadura eram estruturadas para reforçar o caráter de promoção cultural interessada em “promover o tipo de cinema, de arte ou de comunicação que interessava ao governo” (Vannuchi, 2020, p. 120). A criação da Embrafilme (1969), da Funarte (1975) e a da Empresa Brasileira de Comunicação - Radiobrás (1975) foram ações com a intenção de aproximar o campo das comunicações, da cultura e da radiodifusão à doutrina militar de segurança nacional.

Em 2007, o governo federal editou uma Medida Provisória para criar a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) encarregada de gerir a TV Brasil com caráter público e de formar uma rede de comunicação pública no país. A EBC incorporou a Radiobrás e a ACERP. As limitações e os desafios, no entanto, são inúmeros e ainda permanecem. A natureza jurídica da EBC, como ente da administração indireta, configura uma contradição à proposta de comunicação pública democrática. Nos anos seguintes a sua criação, a estatal ficou sujeita às predileções do Palácio do Planalto, especialmente nos governos de Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022) (Bucci; Vannuchi, 2020, p. 211).

CONCLUSÕES EM SÍNTESE

A cronologia da televisão brasileira é um trabalho em construção que ainda pode ser complementado a partir de novos estudos e com a inclusão de emissoras públicas, estatais e comerciais não mencionadas neste momento. O levantamento bibliográfico e histórico feito para este artigo evidenciou a preferência concedida pelo Estado ao modelo de radiodifusão comercial no Brasil.

Uma rede pública nacional de televisão ainda é um projeto não consolidado no Brasil, diferentemente do que se vê na Europa e mesmo no modelo majoritariamente comercial dos Estados Unidos. Na linha do tempo da televisão no Brasil, há uma clara ausência de esforços no sentido de construir uma emissora pública para atuar em rede nacional com condições de ser relevante no contexto da radiodifusão comercial do país. Um sistema público de radiodifusão, complementar ao estatal e ao privado, precisaria cumprir o papel fundamental de propor novos gêneros e formatos televisivos, de ser um espaço de promoção da educação, de divulgação da ciência e de difusão de cultura para os brasileiros.

Construir uma rede pública de qualidade e relevância levará tempo. O telespectador brasileiro precisará descobrir o sabor e a diferença de ser tratado como

cidadão e não como um mero consumidor. A experiência internacional comprova que há espaço e argumentos democráticos para oferecer uma televisão pública de qualidade à população. As principais democracias no mundo garantem a suas sociedades emissoras que promovem a educação, difundem a cultura, divulgam a ciência e abrem espaço de diálogo para o pluralismo de vozes no debate público. Emissoras públicas independentes e com capacidade financeira para oferecer conteúdo de qualidade poderão contribuir ainda com os esforços de enfrentamento das vulnerabilidades da democracia brasileira.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Edgar Ribeiro de (org). TV ANOS 40: quadro cronológico da televisão brasileira (1950-1990). São Paulo: Centro Cultural São Paulo, 1990.

BARBOSA, Marialva. História da comunicação no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2013.

BARROS FILHO, Eduardo Amando. As bases para a criação da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa. Associação Nacional de História (ANPUH-SP). XX Encontro Estadual de História, São Paulo, 2016. Disponível em: http://www.encontro2016.sp.anpuh.org/resources/anais/48/1467730259_ARQUIVO_TextoCompleto-EduardoAmando.pdf. Acesso 19 out. 2023.

BUCCI, E.; VANNUCHI, C. A EBC À MERCÊ DO GOVERNO - QUALQUER GOVERNO. E-Legis – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados, Brasília, DF, Brasil, v. 14, n. 36, p. 211–226, 2021. DOI: 10.51206/elegis.v14i36.689. Disponível em: <https://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/view/689>. Acesso em 19 out. 2023.

BUCCI, Eugênio. Ainda sob o signo da Globo. In: BUCCI, Eugênio; KEHL, Maria Rita. Videologias. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004. Edição digital.

BUCCI, Eugênio. Estado de Narciso: a comunicação pública a serviço da vaidade particular. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

CUNHA LIMA, Jorge da. Uma História da TV Cultura. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo - Cultura - Fundação Padre Anchieta, 2008.

LEAL FILHO, Laurindo Lalo. Prefácio. In: INTERVOZES. Sistemas públicos de comunicação no mundo: experiência de doze países e o caso brasileiro. São Paulo: Paulus, 2009.

MATTOS, Sérgio Augusto Soares. História da televisão brasileira: uma visão econômica, social e política. Petrópolis: Editora Vozes, 2ª ed., 2010.

MENDEL, Toby. Serviço público de radiodifusão: um estudo de direito comparado, cit. Brasília: UNESCO, 2011.

VANNUCHI, Camilo. Direito humano à comunicação: fundamentos para um novo paradigma na regulação dos meios no Brasil (tese de doutorado). Orientador: Prof. Dr. Eugênio Bucci. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes/USP, 2020.